



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2026

PREGÃO COMPRAS GOV Nº 90023/2026

Processo Administrativo nº 45 /2026

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE SALGADO FILHO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o Nº 76.205.699/0001-98, com sede e foro na Rua Floriano Francisco Anater, Nº 50, Bairro Centro, CEP: 85.620-000, em Salgado Filho, Estado do Paraná, a realização de licitação, para **CONTRATAÇÃO**, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 136/2025 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital. Duvidas e informações via email licitacao.sf@gmail.com.

PROCESSO ADM. Nº 45/2026 UASG 987833 PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 23/2026 TIPO: <u>MENOR PREÇO/LOTE</u> MODO DE DISPUTA: ABERTO/FECHADO	CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS: <u>Até 08:29 horas do dia 22 de maio 2026</u> ABERTURA DAS PROPOSTAS: <u>As 08:30 horas do dia 22 de maio 2026</u>
---	---

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a **Prestação de Serviços de Transporte Escolar, por empresa terceirizada devidamente habilitada, para atender os estudantes da Educação Básica da Rede Pública de Ensino do município de Salgado Filho**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

1.1. A licitação será dividida conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse, todo e qualquer divergência entre o descritivo do Termo de Referência e o CATMAT/CATSER, deverá prevalecer o descritivo do Termo de Referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.205.699/0001-98

FONE (46) 3564-1202 / (46) 3564-1203

e-mail: licitacao.sf@gmail.com

Rua Floriano Francisco Anater, 50 - CEP 85620-560 - SALGADO FILHO - PARANÁ

"Terra do Vinho e do Queijo"



1.2. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

1.3. Recomenda-se a utilização complementar do aplicativo (app) comprasgov, para melhor atualização das licitações.

1.4. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

1.5. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

1.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

1.7. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

1.8. Para os itens de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) , a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, conforme os termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

1.9. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

1.10. Não poderão disputar esta licitação:

1.11. aquele que não atenda às condições deste edital e seu(s) anexo(s);

1.12. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

1.13. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que



desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

1.14. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

1.15. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

1.16. agente público do órgão ou entidade licitante;

1.17. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

1.18. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

1.19. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

1.20. O impedimento de que trata o item 1.12.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

2.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

2.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

2.3. Para fins de julgamento de proposta, será considerada a proposta final ajustada. Privilegiando a obtenção da proposta mais vantajosa, o licitante poderá, mediante justificativa,



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.205.699/0001-98

FONE (46) 3564-1202 / (46) 3564-1203

e-mail: licitacao.sf@gmail.com

Rua Floriano Francisco Anater, 50 - CEP 85620-560 - SALGADO FILHO - PARANÁ

"Terra do Vinho e do Queijo"



corrigir ou alterar a marca do item. A Administração julgará a proposta final (ajustada) observando as especificações do item presentes no Termo de Referência.

2.4. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto deste edital.

2.5. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

2.5.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

2.5.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

2.5.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

2.5.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

2.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.205.699/0001-98

FONE (46) 3564-1202 / (46) 3564-1203

e-mail: licitacao.sf@gmail.com

Rua Floriano Francisco Anater, 50 - CEP 85620-560 - SALGADO FILHO - PARANÁ

"Terra do Vinho e do Queijo"



usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.7.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

2.7.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

2.8. A falsidade da declaração de que trata os sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste edital.

2.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

2.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

2.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

2.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

2.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.205.699/0001-98

FONE (46) 3564-1202 / (46) 3564-1203

e-mail: licitacao.sf@gmail.com

Rua Floriano Francisco Anater, 50 - CEP 85620-560 - SALGADO FILHO - PARANÁ

"Terra do Vinho e do Queijo"



2.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

2.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

2.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

2.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

2.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

2.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração Pública ou de sua desconexão.

2.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

3. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

3.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

3.1.1. Valor unitário do item;

3.1.2. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo.

3.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

3.2.1. O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.205.699/0001-98

FONE (46) 3564-1202 / (46) 3564-1203

e-mail: licitacao.sf@gmail.com

Rua Floriano Francisco Anater, 50 - CEP 85620-560 - SALGADO FILHO - PARANÁ

"Terra do Vinho e do Queijo"



3.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

3.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

3.7.2. A proposta deve conter prazo de validade, garantia, modelo e marca;

3.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.

4. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

4.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital.

4.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.205.699/0001-98

FONE (46) 3564-1202 / (46) 3564-1203

e-mail: licitacao.sf@gmail.com

Rua Floriano Francisco Anater, 50 - CEP 85620-560 - SALGADO FILHO - PARANÁ

"Terra do Vinho e do Queijo"



- 4.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 4.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item
- 4.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.
- 4.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 4.8. O intervalo mínimo de diferença de **valores ou percentuais entre os lances**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de 1% (um por cento)**.
- 4.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 4.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 4.11. Caso será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "ABERTO/ FECHADO", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 4.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 4.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 4.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 4.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 4.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.205.699/0001-98

FONE (46) 3564-1202 / (46) 3564-1203

e-mail: licitacao.sf@gmail.com

Rua Floriano Francisco Anater, 50 - CEP 85620-560 - SALGADO FILHO - PARANÁ

"Terra do Vinho e do Queijo"



4.11.6. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

4.11.7. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

4.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

4.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

4.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

4.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas (24hs) vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

4.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

4.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.205.699/0001-98

FONE (46) 3564-1202 / (46) 3564-1203

e-mail: licitacao.sf@gmail.com

Rua Floriano Francisco Anater, 50 - CEP 85620-560 - SALGADO FILHO - PARANÁ

"Terra do Vinho e do Queijo"



4.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

4.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

4.17.5. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

4.17.5.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

4.17.5.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais, ou na impossibilidade destes, poderão ser solicitados Atestados de Capacidade Técnica de forma a demonstrar a realização de contratação regular com outro órgão ou ente público;

4.17.5.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, que deverá ser comprovada por meio de declaração do proponente, acompanhada dos documentos que lhe deem suporte;

4.17.5.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, que deverá ser comprovada por meio de declaração do proponente, acompanhada dos documentos que lhe deem suporte;

4.17.6. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

4.17.6.1. empresas estabelecidas no território do Estado do Paraná, cuja comprovação se dará por meio de apresentação do cartão CNPJ ou certidão simplificada da Jucepar - Junta Comercial do Estado do Paraná;

4.17.6.2. empresas brasileiras;

4.17.6.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

4.17.6.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.205.699/0001-98

FONE (46) 3564-1202 / (46) 3564-1203

e-mail: licitacao.sf@gmail.com

Rua Floriano Francisco Anater, 50 - CEP 85620-560 - SALGADO FILHO - PARANÁ

"Terra do Vinho e do Queijo"



4.17.6.5. caso nenhum dos critérios acima resolva a situação, a situação será resolvida por meio de sorteio, que se realizado por agentes do município, será filmado e disponibilizado aos licitantes.

4.17.6.6. Caso nenhum dos critérios legais de desempate estabelecidos no edital resolva a situação, o desempate será decidido por meio de sorteio, exclusivamente realizado e transmitido ao vivo (LIVE) no canal oficial da Licitação do Município de Salgado Filho no YouTube (<https://www.youtube.com/@licitacaosalgadofilho6859/streams>) , conforme as seguintes etapas:

4.17.6.7. I – Os nomes dos licitantes empatados serão inscritos individualmente em papelotes padronizados, com tipografia legível e de fácil visualização;

4.17.6.8. II – Antes do sorteio, os papelotes serão exibidos abertos à câmera, com leitura clara de seus conteúdos, para garantir a transparência e permitir a conferência visual por todos os interessados;

4.17.6.9. III – Em seguida, os papelotes serão dobrados de modo a impossibilitar qualquer identificação visual externa;

4.17.6.10. IV – Os papelotes serão colocados em recipiente transparente adequado para o sorteio, que permitirá a visualização completa do processo pela transmissão ao vivo;

4.17.6.11. V – Um servidor público de apoio técnico procederá à mistura dos papelotes e realizará o sorteio, retirando um único papelote do recipiente;

4.17.6.12. VI – O nome constante no papelote sorteado será imediatamente lido e anunciado como o vencedor do desempate;

4.17.6.13. VII – Os demais papelotes serão retirados sequencialmente e abertos na frente da câmera, com a leitura de seus respectivos nomes, assegurando a integridade do sorteio;

4.17.6.14. VIII – A gravação integral da LIVE será posteriormente disponibilizada no canal oficial da Licitação Município de Salgado Filho no YouTube, e no portal oficial do município, a fim de garantir ampla publicidade e controle social.

4.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.205.699/0001-98

FONE (46) 3564-1202 / (46) 3564-1203

e-mail: licitacao.sf@gmail.com

Rua Floriano Francisco Anater, 50 - CEP 85620-560 - SALGADO FILHO - PARANÁ

"Terra do Vinho e do Queijo"



contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

4.18.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

4.18.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

4.18.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

4.18.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas), envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

4.18.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

4.19. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5. DA FASE DE JULGAMENTO

5.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 1.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.1.1. SICAF;

5.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

5.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

5.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.205.699/0001-98

FONE (46) 3564-1202 / (46) 3564-1203

e-mail: licitacao.sf@gmail.com

Rua Floriano Francisco Anater, 50 - CEP 85620-560 - SALGADO FILHO - PARANÁ

"Terra do Vinho e do Queijo"



5.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

5.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

5.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

5.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, nos termos deste edital.

5.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.

5.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.6.1. contiver vícios insanáveis;

5.6.2. não adequar sua proposta, quando solicitado pelo pregoeiro;

5.6.3. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

5.6.4. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.6.5. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.6.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

5.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração Pública.

5.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

5.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

5.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.205.699/0001-98

FONE (46) 3564-1202 / (46) 3564-1203

e-mail: licitacao.sf@gmail.com

Rua Floriano Francisco Anater, 50 - CEP 85620-560 - SALGADO FILHO - PARANÁ

"Terra do Vinho e do Queijo"



6. DA FASE DE HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

6.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

6.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

6.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

6.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

6.7. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

6.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.205.699/0001-98

FONE (46) 3564-1202 / (46) 3564-1203

e-mail: licitacao.sf@gmail.com

Rua Floriano Francisco Anater, 50 - CEP 85620-560 - SALGADO FILHO - PARANÁ

"Terra do Vinho e do Queijo"



6.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

6.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2(DUAS)horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

6.9.2. Prorrogação de Prazo: Quando solicitado pelo sistema(chat), ainda dentro do prazo, mediante justificativa e facultado ao pregoeiro o aceite;

6.10. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

6.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

6.10.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

6.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, em consonância com a Lei 14.133/21, art. 64, e Decreto nº 100/2025:

6.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

6.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

6.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.205.699/0001-98

FONE (46) 3564-1202 / (46) 3564-1203

e-mail: licitacao.sf@gmail.com

Rua Floriano Francisco Anater, 50 - CEP 85620-560 - SALGADO FILHO - PARANÁ

"Terra do Vinho e do Queijo"



6.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

6.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

7. DO CONTRATO

7.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

7.3. Serão formalizados tantos contratos quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços e demais condições.

7.4. O Contrato, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência do contrato.

7.5. Na hipótese de o convocado não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

7.6. A Administração Pública poderá revogar a qualquer momento o contrato em razão do interesse público devidamente justificado.

8. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

8.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo:

8.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

8.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.205.699/0001-98

FONE (46) 3564-1202 / (46) 3564-1203

e-mail: licitacao.sf@gmail.com

Rua Floriano Francisco Anater, 50 - CEP 85620-560 - SALGADO FILHO - PARANÁ

"Terra do Vinho e do Queijo"



8.1.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores.

8.1.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

8.1.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

8.2. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

8.2.1. quando o licitante vencedor não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

8.2.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do contrato.

8.3. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

8.3.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

8.3.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.205.699/0001-98

FONE (46) 3564-1202 / (46) 3564-1203

e-mail: licitacao.sf@gmail.com

Rua Floriano Francisco Anater, 50 - CEP 85620-560 - SALGADO FILHO - PARANÁ

"Terra do Vinho e do Queijo"



9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://salgadofilho.pr.gov.br/licitacao/?idCategoriaArquivo=3>

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.205.699/0001-98

FONE (46) 3564-1202 / (46) 3564-1203

e-mail: licitacao.sf@gmail.com

Rua Floriano Francisco Anater, 50 - CEP 85620-560 - SALGADO FILHO - PARANÁ

"Terra do Vinho e do Queijo"



10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.5. fraudar a licitação

10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. advertência;

10.2.2. multa;

10.2.3. impedimento de licitar e contratar;

10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2. as peculiaridades do caso concreto

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.205.699/0001-98

FONE (46) 3564-1202 / (46) 3564-1203

e-mail: licitacao.sf@gmail.com

Rua Floriano Francisco Anater, 50 - CEP 85620-560 - SALGADO FILHO - PARANÁ

"Terra do Vinho e do Queijo"



10.4. A multa será recolhida em percentual de 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos termos do artigo 156, §4 da Lei 13.144/2021.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.205.699/0001-98

FONE (46) 3564-1202 / (46) 3564-1203

e-mail: licitacao.sf@gmail.com

Rua Floriano Francisco Anater, 50 - CEP 85620-560 - SALGADO FILHO - PARANÁ

"Terra do Vinho e do Queijo"



servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, nos termos do artigo 158, § 1º da Lei 14.133/2021.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: licitacao.sf@gmail.com

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.205.699/0001-98

FONE (46) 3564-1202 / (46) 3564-1203

e-mail: licitacao.sf@gmail.com

Rua Floriano Francisco Anater, 50 - CEP 85620-560 - SALGADO FILHO - PARANÁ

"Terra do Vinho e do Queijo"



12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste edital.

12.10. O edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico

<https://salgadofilho.pr.gov.br/licitacao/?idCategoriaArquivo=3>

12.11. Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 12.11.1.** ANEXO I - Termo de Referência
- 12.11.2.** ANEXO II – Minuta de Edital
- 12.11.3.** ANEXO III – Minuta do Contrato



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.205.699/0001-98

FONE (46) 3564-1202 / (46) 3564-1203

e-mail: licitacao.sf@gmail.com

Rua Floriano Francisco Anater, 50 - CEP 85620-560 - SALGADO FILHO - PARANÁ

"Terra do Vinho e do Queijo"



Salgado Filho, dia 04 de maio de 2026.

Volmar Duarte

CPF 020.479.479-01

Prefeito Municipal

Contratante

Município de Salgado Filho

CNPJ 76.205.699/0001-98



TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA REQUISITANTE: SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO
RESPONSÁVEIS PELA EMISSÃO: SRA ELIANE MARCIA RUCH- SECRETÁRIA
MUN. DE EDUCAÇÃO

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem como objeto a prestação de serviços de transporte escolar, por empresa terceirizada devidamente habilitada, para atender os estudantes da Educação Básica da Rede Pública de Ensino do município de Salgado Filho, bem como atendimento de transporte escolar aos alunos do CEPA- Colégio Estadual Padre Anchieta – Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio, conforme as rotas, itinerários, horários, calendário escolar contendo 200 (duzentos) dias letivos e mais 20 (vinte) dias para atividades extracurriculares, definidos pela Secretaria Municipal de Educação e Administração Pública.

1.2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

A contratação deverá ser executada por empresa devidamente habilitada e regular perante os órgãos competentes, observando integralmente a legislação vigente aplicável ao transporte escolar. Os serviços deverão ser prestados com segurança, qualidade, continuidade e pontualidade, conforme as rotas, itinerários, horários e calendário escolar definidos pela Administração.

A contratada será responsável por disponibilizar veículos em perfeitas condições de uso, devidamente licenciados, assegurando manutenção preventiva e corretiva, bem como motoristas habilitados, capacitados e em conformidade com as exigências legais.

Deverão ser atendidas todas as normas de segurança, acessibilidade e proteção aos usuários, especialmente estudantes, garantindo o transporte adequado durante todo o período contratual. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pela Administração Pública, podendo haver ajustes operacionais para melhor atendimento do interesse público.



1.2.3 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O município contratante compromete-se a fornecer à contratada as rotas, itinerários e horários detalhados, com antecedência mínima de **05 (cinco) dias**. Realizar a fiscalização periódica da prestação dos serviços, garantindo o cumprimento das condições contratuais. Efetuar os pagamentos de forma regular, conforme os prazos estabelecidos no contrato. Garantir a comunicação prévia de alterações ou ajustes nas rotas e horários. Os veículos devem ser identificados como transporte escolar e estar em conformidade com as exigências da legislação de trânsito, incluindo dispositivos de segurança como tacógrafos e sinalização adequada. É vedado o uso de veículos em condições inadequadas ou sem a devida manutenção. A capacidade de passageiros dos veículos deverá atender à demanda informada pelo município, respeitando os limites definidos pelo fabricante. O contrato terá vigência de prazo, determinado para doze 12 meses, podendo ser prorrogado nos termos da legislação aplicável e mediante consenso entre as partes, e do interesse do Gestor administrativo. O não cumprimento das obrigações pela contratada poderá acarretar penalidades, como advertência, rescisão contratual por justa causa. O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo município em caso de descumprimento grave, assegurado o contraditório e a defesa. O presente contrato deverá seguir as normas previstas na legislação federal, estadual e municipal aplicáveis, especialmente a nova Lei de Licitações e Contratos, nº 14.133/2021, se aplicável. Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre as partes, ou, em última instância, pela via judicial.

3.DA JUSTIFICATIVA

A contratação de empresa terceirizada para a prestação de serviços de transporte escolar no município de Salgado Filho é imprescindível para atender a demanda crescente de alunos em áreas rurais. A justificativa para essa contratação baseia-se nos seguintes fatores, município possui uma população significativa de estudantes residentes em zonas rurais, muitas vezes localizadas em locais de difícil acesso ou em distâncias consideráveis das escolas da rede pública. Essas condições tornam inviável o deslocamento dos alunos por meios próprios ou pela rede pública sem o devido suporte logístico. O transporte escolar é essencial para assegurar que



os alunos tenham acesso regular e seguro às instituições de ensino, cumprindo o direito constitucional à educação. A ausência de transporte comprometeria a frequência escolar e, consequentemente, o desempenho acadêmico dos estudantes. A frota municipal de veículos e recursos humanos não são suficientes para atender de forma plena e eficiente todas as rotas escolares necessárias, especialmente nas áreas rurais. Além disso, a manutenção e operação da frota própria demandariam investimentos elevados, tornando a terceirização uma alternativa economicamente viável. Empresas terceirizadas especializadas em transporte escolar possuem estrutura, experiência e equipamentos adequados para atender às exigências legais e operacionais desse serviço. Isso inclui veículos certificados, profissionais capacitados e seguros obrigatórios. A contratação visa atender às diretrizes estabelecidas pelas legislações federal, estadual e municipal que regulamentam o transporte escolar, promovendo a segurança e o bem-estar dos alunos. A terceirização do transporte escolar não só garante a continuidade das atividades escolares, mas também reduz desigualdades educacionais, especialmente para os alunos residentes em áreas mais remotas. Portanto, a contratação de empresa terceirizada é a solução mais adequada e eficiente para suprir a demanda de transporte escolar no município de Salgado Filho, garantindo que todos os alunos da rede pública, independentemente de sua localização, tenham acesso à educação com qualidade e segurança.

3. Tabela com Descritivos, Quantidades, Preços Unitários e Valor Total

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd licitada	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	1	33925 - Transporte escolar saindo às 5:15 horas da antiga escola da Linha Tiradente Transporte escolar saindo às 5:15 horas da antiga escola da Linha Tiradentes, indo até a entrada da propriedade do Sr. Ronaldo Smaniotto e passando pela entrada do Sr Carlos Nunes e retornando até a estrada principal e seguindo até a propriedade do Sr. Pedrinho da Rocha, volta a estrada principal, posteriormente vai até o Sr Valmor Krebs. Em seguida retornando a estrada principal, na Linha Sertãozinho até a comunidade, passando pelo Sr. Lutero, retornando e indo até a propriedade o Sr. Agemiro vargas, passando pela entrada do Sr Edson Pain e retornando ao ponto principal da linha Tiradentes. Às 12:30 horas da linha Tiradentes e percorrendo a rota novamente para retorno dos alunos em suas casas. Km diários: 78 Dias letivos: 200 dias Atividades	KM	17.160 KM	7,28	124.924,80



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.205.699/0001-98

FONE (46) 3564-1202 / FAX (46) 3564-1203

e-mail: gabineteexecutivo@hotmail.com

Rua Floriano Francisco Anater, 50 - CEP 85620-000 - SALGADO FILHO - PARANÁ

"Terra do Vinho e do Queijo"



		Extracurriculares:20 dias Obs: Veículo com capacidade mínima de 09 lugares.				
1	2	33926 - Transporte escolar saindo às 5:30 horas da antiga escola da Linha Tiradentes Transporte escolar saindo às 5:30 horas da antiga escola da Linha Tiradentes, passando pelo Sr. Colella, retornando e passando pela propriedade do Sr. Leonardo Rech e em seguida até a propriedade do Sr. Valdomiro da Rosa, retornando e indo até o Sr. Edivar Bernardelli retornando até a linha Alto Alegre até a Fazenda Pastre seguindo até a Linha Guabiju e retornando a Linha Tiradentes. Transporte escolar retornando da Linha Tiradentes às 12:30 horas percorrendo a rota novamente para retorno dos alunos até suas casas. Km diários: 70 Atividades Extracurriculares: 20 dias Dias letivos: 200 Obs: Veículo com capacidade mínima para 9 lugares.	KM	15.400 KM	7,27	111.958,00
1	3	33927 - Rota que atenderá duas tardes na semana para alunos com contraturno e integral. Rota que atenderá duas tardes na semana para alunos com contraturno e integral. Saindo às 18:10 horas percorrendo até a entrada do Sr. Edson Pain, retornado e indo até o Sr. Lutero Benemamm, passando pela comunidade da linha Sertãozinho até a casa do Sr. Emilio Vargas e passando pela casa do Sr. Edson Pilger e retornando até a linha Tiradentes. Seguindo para linha Collela até Rio das águas, passando pela entrada do Sr. Valdomiro e retornando até a Linha Tiradentes. Km diários: 37 Dias letivos: 90 Atividades extracurriculares: 20 dias Obs: Veículo com capacidade mínima para 9 lugares.	KM	4.070KM	7,28	29.588,90
1	Valor total do lote					266,471,70
2	4	33928 - Transporte saindo da linha Assentamento, passando pela estrada principal pela linha Guabiju Transporte saindo da linha Assentamento, passando pela estrada principal pela linha Guabiju, linha Tiradentes, linha Alto Alegre, até a cidade. Km diários: 74 Dias letivos: 200 Atividades extracurriculares: 20 dias OBS: veículo com capacidade mínima de 48 lugares.	KM	16.280KM	14,12	228.856,96
2	Valor total do lote					228.856,96
Total Geral			495.328,66			

3.1 A CONTRATADA fica obrigada a manter a garantia/validade do contrato de itens, POR LOTES, por motivo em que os alunos transportados pelo veículo descrito nos itens 01, 02, e 03 do LOTE 01, deverão ser devolvidos em suas residências em rotas específicas, de acordo com o Termo de Referência, sob pena de sofrer as sanções legais aplicáveis, além de ser obrigada a reparar os prejuízos que causar ao município de Salgado Filho/PR ou a terceiros decorrentes destes eventuais (garantia/validade).

OBS: HAVENDO QUALQUER DISCORDÂNCIA ENTRE A DESCRIÇÃO E UNIDADE DE MEDIDA DO CATMAT E A DO EDITAL, PREVALECERÁ A DESCRIÇÃO CONSTANTE



NO EDITAL. ESTE PARÂMETRO DE MEDIDA PREVALECE A UNIDADE COM O CÓDIGO30176- NOME DO SERVIÇO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR ENVOLVENDO VEÍCULO/ CONDUÇÃO/MANUTENÇÃO/COMBUSTIVEL.

3.2. O Valor aproximadamente é de R\$ **495.328,66** (quatrocentos e noventa e cinco mil, trezentos e vinte e oito reais com sessenta e seis centavos).

3.3. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, pois apresenta especificações usuais de mercado em conformidade com o artigo 6º, incisos XIII e XXI da Lei nº 14.133/2021.

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

As propostas deverão atender integralmente aos requisitos técnicos estabelecidos neste Termo de Referência, sendo que o não atendimento a quaisquer das condições previstas implicará na desclassificação da proposta.

Os serviços ofertados deverão apresentar padrões adequados de qualidade, desempenho e eficiência, atendendo plenamente às finalidades a que se destinam, bem como às exigências legais e normativas aplicáveis.

5. DA CONTRATAÇÃO

A contratação de empresa terceirizada para o transporte escolar no município de Salgado Filho, Estado do Paraná, tem como finalidade assegurar o acesso à educação para os alunos residentes nas áreas rurais, garantindo a realização de rotas previamente definidas pela Secretaria Municipal de Educação. Essa medida se faz necessária devido à insuficiência de recursos para a manutenção e ampliação da frota municipal, impossibilitando que o serviço seja realizado exclusivamente com veículos próprios.

5.1. DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO



A seleção da empresa prestadora do serviço ocorrerá por meio de procedimento licitatório, na modalidade **Pregão Eletrônico**, do tipo **menor preço**, observando-se a forma de julgamento definida no edital, em conformidade com a legislação vigente e com as diretrizes dos órgãos de controle. A seleção da empresa terceirizada será realizada conforme os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, em observância à legislação vigente, conforme a Lei nº 14.133/2021, considerando critérios como experiência da empresa na prestação de serviços de transporte escolar, condições técnicas dos veículos ofertados, qualificação dos motoristas e profissionais envolvidos, garantia de cumprimento das normas de segurança e qualidade no transporte coletivo/escolar. A empresa contratada será responsável pela prestação dos serviços de transporte escolar para as áreas rurais do município, abrangendo, atendimento nas diversas localidades rurais que serão solicitados pela administração municipal para alunos matriculados na rede pública de ensino, bem como alunos da rede estadual de ensino, conforme os itinerários e horários definidos pela Secretaria Municipal de Educação, com disponibilização de veículos adequados, devidamente identificados como transporte escolar, licenciados e com condições de segurança exigidas por lei, incluindo cintos de segurança individuais, sinalização adequada (faixa amarela e letreiro "ESCOLAR"); manutenção preventiva e corretiva periódica. A garantia de motoristas capacitados e devidamente habilitados, com certificação específica para transporte escolar e conhecimento das normas de segurança no trânsito. Garantia de seguro total dos veículos e de seguro de vida para os passageiros transportados, conforme exigências legais. A contratação terceirizada se justifica pela impossibilidade de atender plenamente à demanda com a estrutura municipal existente. A terceirização permite maior eficiência operacional, redução de custos com aquisição e manutenção de veículos próprios, e acesso a serviços especializados que garantem a segurança e a qualidade no transporte escolar. A execução do contrato será supervisionada pela Secretaria Municipal de Educação e por outros órgãos competentes, tais como, o Comitê de Transporte Escolar, Fiscal de Contratos, Gestor da Secretaria Municipal de Educação, que realizarão o acompanhamento das condições dos veículos, cumprimento dos itinerários e horários, e a qualidade do serviço contratado.



6. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O Município de Salgado Filho – PR apresenta demanda crescente por serviços de transporte escolar, visando atender de forma adequada os estudantes das redes pública municipal e estadual, especialmente aqueles residentes na zona rural que necessitam de deslocamento diário até as unidades escolares localizadas na área urbana.

Além das atividades escolares regulares, nos turnos matutino e vespertino, destaca-se a ampliação da jornada escolar dos alunos do CEPA – Colégio Estadual Padre Anchieta, em razão da realização da sexta aula, bem como dos estudantes da rede municipal inseridos no regime de Escola em Tempo Integral. Tais exigências pedagógicas implicam aumento significativo na necessidade de transporte escolar, tanto no que se refere à ampliação de horários quanto à abrangência das rotas.

Ressalta-se que a frota própria do Município é limitada em quantidade, capacidade operacional e disponibilidade de recursos humanos, não sendo suficiente para atender integralmente à demanda existente, especialmente no que se refere à implementação de rotas adicionais e horários estendidos.

Destaca-se, ainda, que grande parte das rotas está situada em áreas rurais de difícil acesso, com condições de trafegabilidade que exigem veículos adequados e compatíveis com esse tipo de percurso, de modo a possibilitar o atendimento direto às propriedades rurais. Tal condição é essencial para garantir que o transporte escolar ocorra de forma eficiente e em tempo hábil, evitando atrasos no início das atividades escolares.

Nesse contexto, a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de transporte escolar apresenta-se como medida indispensável para assegurar a continuidade e a eficiência do atendimento aos estudantes. A terceirização possibilitará o pleno atendimento das necessidades educacionais, garantindo o acesso, a permanência e a participação dos alunos nas atividades escolares, com segurança, regularidade e qualidade.



Dessa forma, a presente contratação configura-se como solução estratégica, fundamentada na insuficiência de meios próprios e no dever da Administração Pública de assegurar o direito à educação, promovendo condições adequadas para o desenvolvimento integral dos estudantes.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Os serviços de transporte escolar terceirizado serão medidos e pagos com base na efetiva prestação dos serviços, considerando os dias letivos cumpridos e a quilometragem percorrida nos roteiros previamente estabelecidos.

A medição será realizada de forma semanal e consolidada mensalmente, mediante a apresentação de relatórios detalhados contendo: os dias letivos atendidos, os roteiros executados, a quilometragem diária percorrida por veículo e eventuais ocorrências relevantes durante a execução do serviço. Tais informações deverão ser devidamente atestadas pelo fiscal do contrato ou servidor designado pela Administração.

Para fins de pagamento, será considerada a quilometragem efetivamente rodada nos dias em que houve prestação regular do serviço, conforme calendário escolar oficial. Não serão computados para pagamento os dias em que não houver aula, salvo nos casos devidamente autorizados pela Administração.

O pagamento será efetuado mensalmente, após a conferência e validação dos relatórios apresentados pela contratada, observando-se os valores unitários estabelecidos em contrato (por quilômetro rodado ou por rota, conforme definido). A liberação do pagamento ficará condicionada à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada, bem como à inexistência de pendências na execução dos serviços.

Eventuais divergências na medição deverão ser justificadas e poderão ensejar glosas proporcionais no valor a ser pago, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em contrato, quando cabível.



Dessa forma, assegura-se que os pagamentos sejam realizados de maneira transparente, proporcional e vinculada à efetiva execução dos serviços contratados.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A solução para atender às demandas de transporte escolar no município de Salgado Filho consiste na contratação de serviços terceirizados, que se apresentam como a alternativa mais viável e eficiente frente à insuficiência da frota própria do município. Essa estratégia foi planejada considerando todo o ciclo de vida do serviço de transporte, desde a identificação da necessidade até a entrega final de um serviço de qualidade, alinhado aos requisitos educacionais e de segurança. Inicialmente, a definição do escopo dos serviços abrange o levantamento detalhado das rotas, horários e quantidade de alunos a serem atendidos, levando em conta as peculiaridades das redes municipal e estadual. Isso inclui o transporte de alunos da área rural para escolas e colégio estadual na zona urbana, contemplando turnos regulares, aulas estendidas no período integral e a sexta aula no colégio estadual. No ciclo operacional, a contratação de uma empresa terceirizada especializada garantirá a disponibilização de veículos adequados às condições das vias e à segurança dos alunos. O acompanhamento contínuo do serviço será realizado por meio de avaliação da qualidade, incluindo pontualidade, manutenção dos veículos e cumprimento das normas de segurança. A médio e longo prazo, essa solução permite flexibilidade para adaptações futuras, seja pela ampliação de rotas ou ajuste de horários, acompanhando as mudanças no número de estudantes ou na organização do calendário escolar. A terceirização também reduz os custos e desafios operacionais relacionados à aquisição, manutenção e renovação de frota própria, garantindo maior eficiência no uso dos recursos públicos. Com esse modelo, o município de Salgado Filho assegura o direito à educação para todos os alunos, proporcionando um transporte escolar acessível, seguro e de qualidade, enquanto mantém um planejamento sustentável e adaptável às necessidades presentes e futuras.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



Para assegurar a prestação de um serviço de transporte escolar eficiente, seguro e adequado às necessidades dos alunos das redes municipal e estadual, a contratação deve atender aos seguintes requisitos. **Capacidade Técnica da Contratada:** A empresa contratada deve comprovar experiência no setor de transporte escolar, apresentando registros que atestem a realização de serviços similares, bem como possuir estrutura suficiente para atender às demandas previstas no contrato, incluindo veículos e equipe qualificada. **Frota de Veículos:** A frota disponibilizada deve atender às condições legais e regulamentares de segurança, incluindo manutenção em dia, licenciamento regular, e conformidade com as normas de transporte escolar (como cintos de segurança e identificação específica). Os veículos também devem ser adequados às condições das estradas rurais e possuir capacidade suficiente para atender os alunos de cada rota. **Dos Profissionais qualificados:** Os motoristas devem apresentar habilitação adequada (categoria "D" ou superior), curso de formação de condutores de transporte escolar, além de experiência comprovada e antecedentes criminais devidamente verificados. Rotas e **Horários flexíveis:** A empresa deve assegurar a execução das rotas e horários estabelecidos, incluindo turnos regulares, aulas em tempo integral nas escolas municipais, alunos matriculados no Colégio Estadual, com a sexta aula, oferecidos para alunos de ensino médio com flexibilidade para ajustes conforme as necessidades educacionais. **Segurança e Monitoramento:** O serviço contratado deve garantir a segurança dos alunos durante o transporte, podendo incluir sistemas de rastreamento dos veículos e controle de presença dos alunos, além de um acompanhamento contínuo pela gestão municipal. **É proibido o transporte de outros passageiros junto aos escolares, sendo esse transporte exclusivo para transporte de alunos.** **Regularidade Contratual e Legal:** A empresa contratada deve estar regular perante os órgãos fiscalizadores, possuir CNPJ ativo, certidões negativas de débitos fiscais e trabalhistas, e comprovar a inexistência de pendências jurídicas que possam comprometer a execução do serviço. Cumprimento de Prazo e Qualidade, e acordo com a nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), a cláusula de penalidade de 5% sobre o valor total da contratação, prevista em contratos de transporte escolar com empresas terceirizadas, visa assegurar o cumprimento das obrigações contratuais e proteger a administração pública contra possíveis prejuízos causados pelo descumprimento das condições acordadas. Caso a empresa contratada cause danos à



prestação do serviço, seja por descumprimento de prazos, qualidade do serviço ou outras infrações contratuais, poderá ser aplicada a multa de 5% sobre o valor total do contrato, conforme o artigo 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021. A penalidade visa garantir que a contratada cumpra com a boa execução do serviço e minimize o impacto de possíveis prejuízos ao poder público, preservando o interesse público e o bom funcionamento da rede de ensino. A aplicação da multa será proporcional aos danos causados e, em casos de reincidência, poderá acarretar sanções mais graves, como a rescisão contratual. Essa penalidade tem a finalidade de coibir atos que prejudiquem o andamento regular dos serviços públicos e proteger o erário, considerando o risco de danos financeiros e sociais decorrentes do não cumprimento das obrigações assumidas pela empresa contratada.

Proibir o transporte de outros passageiros juntos aos transportes escolares. É fundamental que a contratada demonstre compromisso com o cumprimento dos prazos estabelecidos no contrato e mantenha a qualidade do serviço ao longo de sua vigência, atendendo a eventuais demandas emergenciais que possam surgir. Esses requisitos foram definidos para garantir que o transporte escolar atenda aos princípios de eficiência, segurança e responsabilidade, assegurando o pleno acesso dos alunos às atividades educacionais com a qualidade que o município de Salgado Filho tem como exigências.

10. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação no certame, a empresa licitante deverá comprovar o atendimento integral às seguintes exigências:

10.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, compatível com o objeto da licitação;
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

10.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA



- a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;
- b) Certidão de regularidade relativa ao FGTS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- d) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial.

10.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado;

b) Comprovação de que os veículos disponibilizados:

- Estão devidamente licenciados;
- Possuem autorização para transporte escolar expedida pelo DETRAN;
- Atendem às exigências do Código de Trânsito Brasileiro;
- Encontram-se em perfeito estado de conservação e funcionamento;
- Possuem inspeção veicular válida e demais vistorias exigidas pelos órgãos competentes.

c) Comprovação de que os condutores:

- Possuem Carteira Nacional de Habilitação (CNH) compatível com a categoria do veículo;
- Possuem curso especializado para transporte escolar, conforme exigido pelo Código de Trânsito Brasileiro;
- Não cometeram infração grave ou gravíssima, nem são reincidentes em infrações médias nos últimos 12 meses, conforme legislação vigente;
- Apresentam certidão negativa de antecedentes criminais.

10.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;
- b) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial.



10.5. EXIGÊNCIAS OPERACIONAIS E DE SEGURANÇA

A empresa contratada deverá:

- a) Disponibilizar veículos adequados ao transporte escolar, observando todas as normas de segurança e sinalização exigidas;
- b) Assegurar o uso obrigatório de cintos de segurança por todos os estudantes transportados;
- c) Manter seguro veicular e seguro de acidentes pessoais para passageiros (APP) vigente durante toda a execução contratual;
- d) Cumprir rigorosamente os horários e itinerários estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação;
- e) Garantir substituição imediata de veículo ou condutor em caso de necessidade, sem prejuízo à continuidade do serviço;
- f) Manter comunicação permanente com a Secretaria Municipal de Educação para informar incidentes, intercorrências ou alterações operacionais;
- g) Cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária e normas de segurança aplicáveis aos seus empregados;
- h) Responsabilizar-se integralmente pela manutenção preventiva e corretiva dos 7.

11 .CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

A medição dos serviços de transporte escolar terceirizado será realizada mensalmente, com base na efetiva execução das rotas contratadas, considerando os dias letivos previstos no calendário escolar e os serviços devidamente prestados no período. Para fins de medição, serão considerados:

- O cumprimento integral das rotas, itinerários e horários estabelecidos pela Administração;
- A quantidade de dias efetivamente executados;
- A regularidade, pontualidade e continuidade na prestação dos serviços;



- Os registros de controle de transporte, tais como relatórios de execução, diários de bordo ou outros instrumentos de fiscalização adotados pelo Município.

O pagamento será efetuado mensalmente, mediante a apresentação de nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contrato, acompanhada dos relatórios de execução dos serviços, bem como da comprovação de regularidade fiscal e trabalhista da contratada, conforme legislação vigente.

Eventuais faltas na prestação dos serviços, atrasos, interrupções ou execução em desacordo com as condições estabelecidas implicarão descontos proporcionais no pagamento, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Os valores a serem pagos corresponderão aos preços contratados, podendo ser calculados por rota, quilometragem, diária ou outro critério previamente definido no instrumento contratual.

12. SUBCONTRATAÇÃO

No âmbito da contratação de empresa terceirizada para a prestação de serviços de transporte escolar municipal, a empresa contratada será integralmente responsável pela execução de todas as atividades e obrigações previstas no contrato, **não sendo permitida qualquer forma de subcontratação**. Essa exigência garante o controle e a qualidade do serviço prestado, além de assegurar que a contratada mantenha o compromisso com os padrões de segurança, eficiência e conformidade legal estabelecidos no contrato. A proibição da subcontratação reforça o vínculo direto entre a administração pública e a empresa responsável, facilitando o acompanhamento, a fiscalização e a tomada de medidas corretivas, caso necessário. A medida também visa preservar a transparência e a eficiência na gestão dos recursos públicos, assegurando que todos os serviços sejam prestados diretamente pela empresa selecionada, conforme os critérios e requisitos determinados no processo de licitação.

13. GESTÃO DO CONTRATO



A gestão do contrato para a prestação de serviços de transporte escolar terceirizado será conduzida de forma rigorosa e transparente, garantindo a eficiência e a qualidade dos serviços contratados, bem como a segurança dos alunos atendidos. Responsabilidade do Gestor do Contrato, é do Gestor da pasta, Secretário Municipal de Educação, designado pela administração municipal para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, conforme estabelecido pela **Lei nº 14.133/2021**, que regula as novas normas de licitações e contratos administrativos. Esse profissional será responsável por monitorar o cumprimento das cláusulas contratuais, fiscalizar as condições dos veículos, verificar a capacitação dos motoristas e garantir que todas as rotas e horários sejam devidamente atendidos. Monitoramento e Fiscalização, será o acompanhamento que incluirá inspeções regulares nos veículos para verificar aspectos como segurança, manutenção e adequação às normas de transporte escolar. Também será realizado controle das rotas, horários e quantidade de alunos transportados, assegurando que as demandas previstas sejam atendidas com pontualidade e qualidade. Quanto ao controle de pagamentos, os mesmos pagamentos à empresa contratada serão realizados conforme a prestação dos serviços, mediante apresentação de relatórios detalhados e aprovação do gestor do contrato. Apenas após a verificação do cumprimento integral das obrigações contratuais será autorizada a liberação dos valores. Sobre a gestão de ocorrências, qualquer problema ou ocorrência durante a execução do contrato, como atrasos, falhas mecânicas ou descumprimento de rotas, será imediatamente reportado à administração municipal. O gestor do contrato adotará as medidas necessárias para resolver a situação e assegurar a continuidade do serviço. Ao término, no encerramento e avaliação final do contrato, será realizada pelo gestor do contrato uma avaliação abrangente dos serviços prestados, considerando aspectos como cumprimento de prazos, qualidade do transporte e a satisfação dos usuários. Esse processo permitirá identificar boas práticas e áreas de melhoria para futuros contratos. A gestão criteriosa do contrato tem como objetivo assegurar que os serviços de transporte escolar terceirizado atendam às necessidades do município de forma eficiente, segura e conforme os parâmetros estabelecidos pela **Lei nº 14.133/2021**.

14. DA CONTRATAÇÃO, PRORROGAÇÃO E RENOVAÇÃO CONTRATUAL



A contratação do objeto descrito neste Termo de Referência será formalizada por meio de contrato administrativo, celebrado nos termos da Lei nº 14.133/2021, após a conclusão regular do procedimento de contratação adotado pela Administração.

O prazo inicial de vigência do contrato será de até 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura ou da ordem de início dos serviços, conforme estabelecido no instrumento contratual, podendo ser prorrogado sucessivamente, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições inicialmente pactuadas.

A prorrogação contratual estará condicionada à:

- I – necessidade da continuidade da prestação dos serviços de transporte escolar;
- II – avaliação satisfatória da execução contratual, mediante atesto da fiscalização do contrato;
- III – manutenção da regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e demais exigências legais pela contratada;

A execução dos serviços de transporte escolar estará **vinculada ao período letivo da rede municipal de ensino**, podendo sofrer ajustes quantitativos ou temporais em razão de recessos escolares, férias, suspensão de aulas, alterações no calendário escolar ou outros eventos devidamente justificados pela Administração, sem que isso gere direito adquirido à manutenção de quantitativos ou valores fixos pela contratada.

Eventual renovação contratual, entendida como a continuidade da relação contratual mediante prorrogação do prazo de vigência, não implicará em direito adquirido à contratada, constituindo-se em faculdade da Administração, a ser exercida com base no interesse público, na conveniência e na oportunidade administrativa.



Fica vedada a prorrogação contratual caso verificado descumprimento de cláusulas contratuais, aplicação de penalidades que comprometam a execução do objeto ou perda das condições de habilitação exigidas no certame.

A prorrogação deverá ser formalizada, por meio de ofício formal solicitando o interesse ou não, da renovação contratual, por termo de Renovação, precedida de justificativa técnica e administrativa, bem como de autorização da autoridade competente, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

15. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

O recebimento, a medição e o pagamento pelos serviços de transporte escolar terceirizado seguirão os critérios estabelecidos na **Lei nº 14.133/2021**, garantindo transparência e conformidade legal. Quanto aos critérios de recebimento dos serviços, os mesmos serão recebidos provisoriamente para verificação da execução conforme o contrato, sendo posteriormente avaliados e aprovados de forma definitiva após a análise da regularidade e da conformidade com os requisitos contratuais, conforme disposto no artigo 73 da Lei nº 14.133/2021. A medição dos serviços, a medição será realizada com base em relatórios mensais apresentados pela empresa contratada, detalhando as rotas realizadas, a quantidade de alunos transportados, e a conformidade com os horários e trajetos estipulados. O gestor do contrato será responsável por validar essas informações antes de autorizar o pagamento. Quanto aos critérios de pagamento, o mesmo será efetuado somente após a comprovação da regularidade da prestação do serviço e do atendimento a todas as exigências contratuais. A empresa contratada deverá apresentar, juntamente com os relatórios mensais, as certidões de regularidade fiscal e trabalhista, conforme previsto na legislação vigente. Esses critérios garantem a execução adequada do serviço, a utilização eficiente dos recursos públicos e o



cumprimento das obrigações legais, promovendo a transparência e a responsabilidade na gestão do contrato.

16. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇO

A seleção do prestador de serviços terceirizados para o transporte escolar será conduzida em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas para licitações e contratos administrativos, garantindo a transparência, a eficiência e a legalidade do processo. Quanto a forma de seleção, a escolha será realizada por meio de processo licitatório, priorizando a modalidade adequada à natureza e ao valor do contrato, conforme estabelecido na legislação. A modalidade será pregão eletrônico, buscando sempre a ampla participação de licitantes e a obtenção dos objetivos, de acordo com todos os critérios estabelecidos no processo e, conforme proposta mais vantajosa para a administração pública. Critérios de Seleção: Menor Preço, a seleção do prestador será baseada na proposta de menor preço por lote, considerando a execução de todas as rotas e horários previstos no termo de referência, desde que atenda integralmente às exigências técnicas e legais. Capacidade Técnica: A empresa licitante deverá comprovar sua capacidade técnica por meio de atestados de serviços similares já realizados, garantindo que possui experiência na execução de transporte escolar em áreas urbanas e rurais. Regularidade Fiscal e Trabalhista: Será exigida a apresentação de certidões que comprovem a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da empresa, conforme requisitos legais. Adequação da Frota: A frota disponibilizada deve estar em conformidade com as normas de segurança e transporte escolar, incluindo veículos licenciados, seguros e devidamente equipados para garantir a segurança e o conforto dos alunos. Quanto a capacitação dos motoristas: Os motoristas deverão possuir habilitação compatível (categoria "D" ou superior) e curso especializado para transporte escolar, além de comprovação de experiência e ficha limpa perante os órgãos competentes. O processo de seleção será conduzido de forma criteriosa, assegurando a contratação de prestadores de serviços que atenda às exigências técnicas, legais e operacionais, promovendo a prestação de serviços eficientes e seguros para os estudantes do município.



17. DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

Para garantir que a contratação de serviços terceirizados para transporte escolar atenda às necessidades do município e observe os princípios legais, os critérios de aceitabilidade da proposta serão estabelecidos em conformidade com a **Lei nº 14.133/2021** e deverão considerar os seguintes aspectos: Compatibilidade com o Preço de Mercado, com as propostas apresentadas devem estar dentro dos limites estabelecidos pelo orçamento estimado da administração pública, considerando valores compatíveis com os preços praticados no mercado para serviços similares. Em conformidade com o Termo de Referência: A proposta deve atender integralmente aos requisitos técnicos descritos no termo de referência e no edital de licitação, incluindo a execução de todas as rotas, horários e condições específicas previstas para o transporte escolar. As empresas participantes deverão apresentar toda a documentação exigida, incluindo: Certidões de regularidade fiscal e trabalhista; Comprovação de capacidade técnica mediante atestados de serviços prestados; Licenciamento e seguro dos veículos que serão utilizados; Qualificação dos motoristas, com comprovação de habilitação e cursos exigidos para transporte escolar. A proposta deve comprovar que a empresa possui estrutura suficiente (frota adequada e equipe capacitada) para executar o serviço de forma eficiente, com veículos adequados ao transporte escolar e às condições das áreas urbanas e rurais do município. O cronograma operacional proposto deve demonstrar a capacidade de iniciar os serviços no prazo estabelecido no edital, atendendo todas as rotas e horários sem interrupções. A proposta deve assegurar a prestação de serviços com qualidade e segurança, atendendo às normas de transporte escolar e garantindo a proteção e o bem-estar dos alunos transportados. Esses critérios asseguram que a proposta selecionada será tecnicamente viável, financeiramente justa e juridicamente adequada, promovendo a contratação de um serviço que atenda aos interesses do município e da comunidade escolar.

18. UNIDADE RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO/FISCALIZAÇÃO:



A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Fiscal de Contratos, Sr Wagner Chorna-: **Fiscalização: Sr Wagner Chorna – Fiscal designado pela Portaria Nº 205 de junho de 2025 - e Sra Eliane Marcia Ruch- Secretária Municipal de Educação- Port: 029/2025.**

19. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

19.1. O Valor estimado é de R\$**495.328,66** (quatrocentos e noventa e cinco mil, trezentos e vinte e oito reais com sessenta e seis centavos).

19.2 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão orçamentário: 6000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 6001 - DEPARTAMENTO DE ENSINO

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 4 - ENSINO FUNDAMENTAL

Ação: 2.19 - TRANSPORTE ESCOLAR

Despesa 174 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de recurso: 1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB

Despesa 175 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de recurso: 1104 - 25% Sobre demais impostos vinculados à Educação

Despesa 177 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de recurso: 1121 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE

Despesa 176 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de recurso: 1122 - Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE

Salgado Filho- Pr, em 30 de abril de 2026.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.205.699/0001-98

FONE (46) 3564-1202 / FAX (46) 3564-1203

e-mail: gabineteexecutivo@hotmail.com

Rua Floriano Francisco Anater, 50 - CEP 85620-000 - SALGADO FILHO - PARANÁ

"Terra do Vinho e do Queijo"



Eliane Marcia Ruch
Secretária Municipal de Educação- Port: 029/2025
SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

ESTADO DO PARANÁ

FONE (46) 3564-1202 / (46) 3564-1203

Rua Floriano Francisco Anater, 50 - CEP 85620-560 - SALGADO FILHO - PARANÁ

e-mail: licitacao.sf@gmail.com

"Terra do Vinho e do Queijo"



MINUTA DE CONTRATO XX/2026

PREGÃO ELETRÔNICO XX/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 45/2026

O **MUNICÍPIO DE SALGADO FILHO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o Nº 76.205.699/0001-98, com sede e foro na Rua Floriano Francisco Anater, Nº 50, Bairro Centro, CEP: 85.620-000, em Salgado Filho, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito **Senhor VOLMAR DUARTE**, brasileiro, casado, portador do CPF sob o nº. 020.479.479-01, e RG 6.646.599-3 SSP/PR, residente e domiciliado na Cidade de Salgado Filho/PR, denominado CONTRATANTE, e o(a) **XXXXXXXXXXXX**, sediado(a) na **Rua XXXXXXXXXXXX**, município **XXXX** estado **XXXXX** doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por **XXXXXXXXX inscrito no CPF XXXXX** (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 45/2026** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto nº 100/2025 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO nº**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é ***“Prestação de Serviços de Transporte Escolar, por empresa terceirizada devidamente habilitada, para atender os estudantes da Educação Básica da Rede Pública de Ensino do município de Salgado Filho”***. Nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Fornecedor XXXXXXXXXXXX-						
Lote	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd licitada	Valor Unit	Valor Total
1	1	33925 - Transporte escolar saindo às 5:15 horas da antiga escola da Linha Tiradente Transporte escolar saindo às 5:15 horas da antiga escola da Linha Tiradentes, indo até a entrada da propriedade do Sr. Ronaldo Smaniotto e passando pela entrada do Sr Carlos Nunes e retornando até a estrada principal e seguindo até a propriedade do Sr. Pedrinho da Rocha, volta a estrada principal, posteriormente vai até o Sr Valmor Krebs. Em seguida retornando a estrada principal, na Linha Sertãozinho até	KM	17.160		



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

ESTADO DO PARANÁ

FONE (46) 3564-1202 / (46) 3564-1203

CNPJ 76.205.699/0001-98

e-mail: licitacao.sf@gmail.com

Rua Floriano Francisco Anater, 50 - CEP 85620-560 - SALGADO FILHO - PARANÁ

"Terra do Vinho e do Queijo"



		a comunidade, passando pelo Sr. Lutero, retornando e indo até a propriedade o Sr. Agemiro vargas, passando pela entrada do Sr Edson Pain e retornando ao ponto principal da linha Tiradentes. Às 12:30 horas da linha Tiradentes e percorrendo a rota novamente para retorno dos alunos em suas casas. Km diários: 78 Dias letivos:200 dias Atividades Extracurriculares:20 dias Obs: Veículo com capacidade mínima de 09 lugares.				
1	2	33926 - Transporte escolar saindo às 5:30 horas da antiga escola da Linha Tiradentes Transporte escolar saindo às 5:30 horas da antiga escola da Linha Tiradentes Transporte escolar saindo às 5:30 horas da antiga escola da Linha Tiradentes, passando pelo Sr. Colella, retornando e passando pela propriedade do Sr. Leonardo Rech e em seguida até a propriedade do Sr. Valdomiro da Rosa, retornando e indo até o Sr. Edivar Bernardelli retornando até a linha Alto Alegre até a Fazenda Pastre seguindo até a Linha Guabiju e retornando a Linha Tiradentes. Transporte escolar retornando da Linha Tiradentes às 12:30 horas percorrendo a rota novamente para retorno dos alunos até suas casas. Km diários: 70 Atividades Extracurriculares: 20 dias Dias letivos: 200 Obs: Veículo com capacidade mínima para 9 lugares.	KM	15.400		
1	3	33927 - Rota que atenderá duas tardes na semana para alunos com contraturno e integral. Rota que atenderá duas tardes na semana para alunos com contraturno e integral. Rota que atenderá duas tardes na semana para alunos com contraturno e integral. Saindo às 18:10 horas percorrendo até a entrada do Sr. Edson Pain, retornando e indo até o Sr. Lutero Benemamm, passando pela comunidade da linha Sertãozinho até a casa do Sr. Emilio Vargas e passando pela casa do Sr. Edson Pilger e retornando até a linha Tiradentes. Seguindo para linha Collela até Rio das águas, passando pela entrada do Sr. Valdomiro e retornando até a Linha Tiradentes. Km diários: 37 Dias letivos: 90 Atividades extracurriculares: 20 dias Obs: Veículo com capacidade mínima para 9 lugares.	KM	4.070		
1	Valor total do lote					
2	4	33928 - Transporte saindo da linha Assentamento, passando pela estrada principal pela linha Guabiju Transporte saindo da linha Assentamento, passando pela estrada principal pela linha Guabiju, linha Tiradentes, linha Alto Alegre, até a cidade. Km diários: 74 Dias letivos: 200 Atividades extracurriculares: 20 dias OBS: veículo com capacidade mínima de 48 lugares.	KM	16.208		
2	Valor total do lote					
Total Geral						

1.3. Vinculam está contratação, independentemente de transcrição:

1.4. O Termo de Referência;

1.5. A Proposta do contratado;

1.6. Eventuais anexos dos documentos supracitados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

ESTADO DO PARANÁ

FONE (46) 3564-1202 / (46) 3564-1203

CNPJ 76.205.699/0001-98

e-mail: licitacao.sf@gmail.com

Rua Floriano Francisco Anater, 50 - CEP 85620-560 - SALGADO FILHO - PARANÁ

"Terra do Vinho e do Queijo"



2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12(DOZE) meses contados da assinatura do contrato, juntamente da publicação do extrato de contrato no diário oficial do município, jornal de ampla circulação, e demais meio de comunicação quando necessário.

2.2. O contrato poderá ser prorrogado por igual e sucessivos períodos, respeitados os limites previstos no capítulo V da Lei nº 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este contrato.

3.2 Todas as especificações, detalhes, regras, exigências, definições, garantias, prazos e demais disposições encontram-se claramente estipulados no Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar, os quais deverão prevalecer e ser integralmente observados e cumpridos, conforme inciso XXIII do artigo 6 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de **R\$ XXX (XXXX)**

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em conformidade com o artigo 92, inciso V da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Após o interregno de um ano, caso haja interesse da Administração Pública, independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, **do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

ESTADO DO PARANÁ

FONE (46) 3564-1202 / (46) 3564-1203

Rua Floriano Francisco Anater, 50 - CEP 85620-560 - SALGADO FILHO - PARANÁ

CNPJ 76.205.699/0001-98

e-mail: licitacao.sf@gmail.com

"Terra do Vinho e do Queijo"



7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto nº 101/2023;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de nota fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao contratado as sanções previstas na lei e neste contrato;

8.10. Cientificar o Departamento Jurídico para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

ESTADO DO PARANÁ

FONE (46) 3564-1202 / (46) 3564-1203

Rua Floriano Francisco Anater, 50 - CEP 85620-560 - SALGADO FILHO - PARANÁ

CNPJ 76.205.699/0001-98

e-mail: licitacao.sf@gmail.com

"Terra do Vinho e do Queijo"



8.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.12. A Administração Pública terá o prazo de 40 (quarenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação, por igual período, nos termos do Parágrafo único do artigo 123 da Lei nº 14.133, de 2021, após justificativa prévia.

8.13. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo estabelecido no item 8.11 deste contrato.

8.14. Comunicar o contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com a Lei nº 8.078, de 1990, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração Pública ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

ESTADO DO PARANÁ

FONE (46) 3564-1202 / (46) 3564-1203

CNPJ 76.205.699/0001-98

e-mail: licitacao.sf@gmail.com

Rua Floriano Francisco Anater, 50 - CEP 85620-560 - SALGADO FILHO - PARANÁ

"Terra do Vinho e do Queijo"



9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; **2)** certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; **3)** certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; **4)** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e **5)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8. Comunicar ao fiscal de contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.12. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.13. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação em respeito ao art. 116;

9.17. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;



9.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.5. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.6. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.7. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.8. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração Pública nas hipóteses previstas na LGPD.

10.9. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

ESTADO DO PARANÁ

FONE (46) 3564-1202 / (46) 3564-1203

Rua Floriano Francisco Anater, 50 - CEP 85620-560 - SALGADO FILHO - PARANÁ

CNPJ 76.205.699/0001-98

e-mail: licitacao.sf@gmail.com

"Terra do Vinho e do Queijo"



10.10. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Exigência de garantia de execução contratual não se faz necessária como consta no Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração Pública ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- i) subcontratar os serviços nos casos em que as normas estabelecidas no processo licitatório ou no contrato preveja a proibição.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, segundo os mandamentos do art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021;



iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) Multa:

(1) Moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

(2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

(3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

(4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de no mínimo 15% (quinze por cento) e no máximo 30% (trinta por cento) do valor do contrato, gradação que deverá levar em conta o dano ao serviço ou a Administração Pública.

(5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de no mínimo 15% (quinze por cento) e no máximo 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

12.3. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de no mínimo 15% (quinze por cento) e no máximo 30% (trinta por cento) do valor inadimplido.

12.4. Para infração prevista na alínea i da cláusula 12.1, será aplicada multa de 30% sobre o valor subcontratado, além das consequências previstas no artigo 137 da Lei 14.133/2021.

12.5. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao contratante nos termos do art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.6. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa prevista no art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação, conforme previsão no art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.8. As multas aplicadas em face do contratado poderão ser descontadas dos valores devidos pela Administração Pública ou da garantia contratual.

12.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso houver e, não havendo, a cobrança ocorrerá mediante pleito judicial, em conformidade com o art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

ESTADO DO PARANÁ

FONE (46) 3564-1202 / (46) 3564-1203

e-mail: licitacao.sf@gmail.com

Rua Floriano Francisco Anater, 50 - CEP 85620-560 - SALGADO FILHO - PARANÁ

"Terra do Vinho e do Queijo"



12.10. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente no e-mail.

12.11. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.12. Na aplicação das sanções serão considerados, em respeito ao art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.13. A personalidade jurídica do contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, seguindo os mandamentos do art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. O contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

12.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.



12.16. Os débitos do contratado para com a Administração Pública, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o Município de Salgado Filho.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração Pública providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração Pública optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos elencados no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, desde que comunicado oficialmente pela parte interessada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo acordo expresso em sentido diverso entre as partes, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a) balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, em conformidade com o art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021.

13.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade



contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, em desrespeito com o art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária e consignado no Parecer Contábil juntado ao processo administrativo.

Órgão orçamentário: 6000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 6001 - DEPARTAMENTO DE ENSINO

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 4 - ENSINO FUNDAMENTAL

Ação: 2.19 - TRANSPORTE ESCOLAR

Despesa 174 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de recurso: 1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB

Despesa 175 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de recurso: 1104 - 25% Sobre demais impostos vinculados à Educação

Despesa 177 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de recurso: 1121 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE

Despesa 176 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de recurso: 1122 - Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e de forma subsidiária, o Decreto nº 10086 de 17/01/2022 do Estado do Paraná.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

ESTADO DO PARANÁ

FONE (46) 3564-1202 / (46) 3564-1203

Rua Floriano Francisco Anater, 50 - CEP 85620-560 - SALGADO FILHO - PARANÁ

CNPJ 76.205.699/0001-98

e-mail: licitacao.sf@gmail.com

"Terra do Vinho e do Queijo"



16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2. Em se tratando de contratação por inexigibilidade, o contrato e seus aditamentos deverão ser divulgados em 10 dias úteis, contados da data de sua assinatura, conforme o inciso II do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Barracão para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Salgado Filho, dia 22 DE ABRIL DE 2026.

Volmar Duarte
CPF 020.479.479-01
Prefeito Municipal
Contratante
Município de Salgado Filho
CNPJ 76.205.699/0001-98

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX